



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade incluir o profissional Médico Veterinário na equipe multiprofissional da Atenção Primária à Saúde do Município de Juiz de Fora, alinhando-se aos princípios da Política Nacional de Saúde Única e às diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e fortalecendo as políticas públicas de saúde sob a perspectiva da Saúde Única (One Health), amplamente reconhecida por organismos nacionais e internacionais.

O conceito de Saúde Única (One Health) reconhece que a saúde humana está interconectada à saúde animal e ao meio ambiente. A atuação do Médico Veterinário na Atenção Primária à Saúde representa importante avanço na prevenção e no controle de zoonoses, doenças transmitidas por vetores, agravos ambientais e riscos sanitários, contribuindo diretamente para a proteção da saúde humana, animal e ambiental.

A Lei Federal nº 5.517/1968, que regulamenta o exercício da Medicina Veterinária, reconhece a atuação desse profissional em áreas de saúde pública e vigilância sanitária. Além disso, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria GM/MS nº 2.436/2017, que aprova a Política Nacional da Atenção Básica (PNAB), prevê a possibilidade de inclusão de diferentes categorias profissionais nas equipes de saúde da APS, conforme necessidade e realidade local.

Em Juiz de Fora, a presença do Médico Veterinário na Atenção Primária permitirá:

- maior integração entre vigilância em saúde, vigilância sanitária e atenção básica;
- fortalecimento das ações preventivas, reduzindo custos com tratamentos e internações;
- apoio técnico às equipes de saúde da família;
- ampliação das ações educativas junto à população;
- resposta mais eficiente a surtos e emergências sanitárias.

Ressalte-se que o Projeto não cria cargos automaticamente, tampouco gera impacto financeiro imediato, respeitando os limites da iniciativa parlamentar, uma vez que a forma de provimento e a regulamentação ficarão a cargo do Poder Executivo.

Diante do exposto, trata-se de proposição de elevado interesse público, razão pela qual se espera o apoio dos nobres Vereadores para sua aprovação.

Palácio Barbosa Lima, 13 de janeiro de 2026.

Aparecido Reis Miguel Oliveira
Vereador Cido Reis - PCdoB

